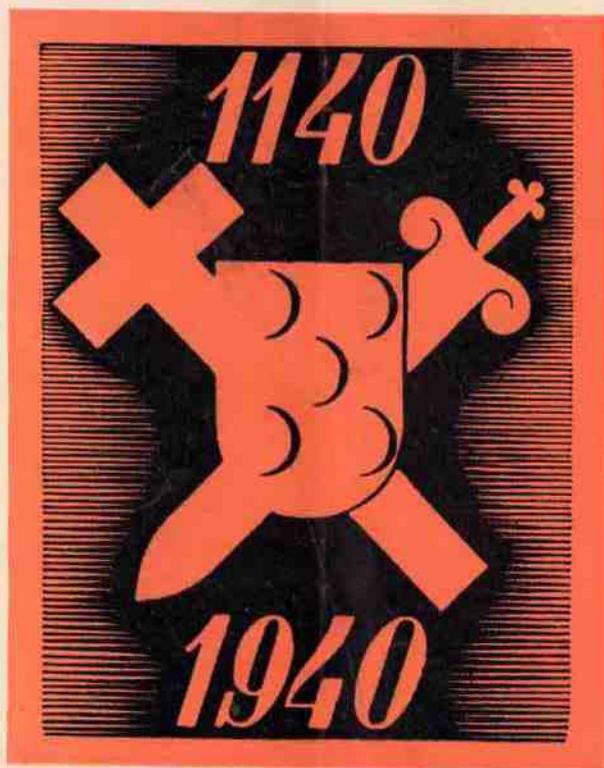


REVISTA , **DOS** **CENTENÁRIOS**



N.º 10 — 31 de Outubro de 1939 — ANO I



COMISSÃO EXECUTIVA DOS CENTENÁRIOS
SECÇÃO DE PROPAGANDA E RECEPÇÃO — REDACÇÃO: SECRETARIADO DA
PROPAGANDA NACIONAL — RUA S. PEDRO DE ALCANTARA, 75 - LISBOA

S U M Á R I O

<i>A CAMPANHA DE 1644 — Dr. Eduardo Brazão</i>	<i>1</i>
<i>CONGRESSO DO MUNDO PORTUGUÊS — Congresso Colonial (IX da série)</i>	<i>9</i>
<i>A BATALHA DE S. MAMEDE — António Álvaro Dó- ria</i>	<i>16</i>
<i>CASTELOS DE PORTUGAL — Almourol e Tomar — Cap. Jorge Larcher</i>	<i>22</i>
<i>REVISTA DA IMPRENSA</i>	<i>26</i>
<i>NOTAS VÁRIAS</i>	<i>28</i>

CONDIÇÕES DE ASSINATURA

(P A G A M E N T O A D I A N T A D O)

	1 ano	2 anos
Continente e Ilhas adjacentes	25\$00	50\$00
Portugal de Ultramar	30\$00	60\$00
Estrangeiro	35\$00	70\$00

Número avulso: 2\$50

A CAMPANHA DE 1644

A lenda que denegriu a figura admirável de El-Rei D. João IV, está, pode-se dizer, desfeita, em face de estudos sérios e desapaixonados com que ultimamente se tem vindo a enobrecer a historiografia nacional. É esta, cremos, uma das melhores homenagens que em 1940 se podem prestar ao nosso movimento libertador do século de seiscentos, repondo o seu legítimo chefe no lugar de destaque que lhe é devido por tantos títulos!

Habitado na minha mocidade, que ainda não vai muito longe, a ver, apresentado por mestres de instrução primária e do liceu, o Senhor de Vila-Viçosa arrastado para a revolta pela mão viril de Luisa de Gusmão, que antes preferia ser «Rainha uma hora do que Duquesa tôda a vida», foi na verdade com assombro que percorri durante alguns anos a correspondência de D. João IV e os documentos insuspeitos da sua época que estão por aí espalhados nos nossos Arquivos públicos e cartórios particulares de casas nobres — como a de Tarouca.

Na verdade de todo êsse vastíssimo amontoado de manuscritos, ressalta, nítida, a acção magnífica, de verdadeiro chefe que o sabia e queria ser, do oitavo Duque de Bragança, herdeiro legítimo da corôa portuguesa, cujos direitos preferenciais sôbre todos os outros descendentes do Rei D. Manuel foram sobejamente provados pelos doutores de Coimbra, dentre os quais é de justiça mencionar Velasco de Gouveia.

É essa competência e valor, numa das suas múltiplas facetas, que mais uma vez se vão demonstrar, transcrevendo aqui, para serem imparcialmente julgadas pelo leitor, três cartas do soberano restaurador.

Trata-se nêstes interessantíssimos escritos, dum assunto diplomático ligado intimamente à questão militar.

A França acusava-nos duma acção frouxa nas fronteiras e ia-se escusando ao estabelecimento da liga formal com que Richelieu nos acenara. Ora o nosso país tinha de preparar um seguro apoio externo, para quando a paz se viesse a firmar entre o govêrno de Paris e de Madrid já termos consolidada a nossa emancipação. Mas, por outro lado, não nos podia convir uma guerra ofensiva da nossa parte, pois sem exército capaz, iríamos expor ao azar duma batalha a causa nacional. O que nos interessava era uma defensiva prudente ainda que enérgica para que o nosso território ficasse incólume até à paz.

Nesta situação difícil nos teríamos que equilibrar; e o nosso país encontrou em D. João IV e nos diplomatas que então foram enviados para todos os pontos da Europa, instrumentos preciosos desta política.

Quando, por todo o ano de 1644, realizavamos as operações militares que fecharam com o encontro de Montijo, que esteve tão indeciso para as nossas armas, o Rei português interpretando magistralmente as necessidades do momento, ia fazendo valorizar aos olhos dos

estrangeiros essa nossa acção bélica, pondo ao corrente do que se passava os diplomatas portugueses e dando às coisas o sentido que melhor convinha aos verdadeiros interesses de Portugal.

Assim, nas três cartas que se vão reproduzir de D. João IV para Pereira de Castro, que então estava em Munster onde tinha ido com o fim de nos representar com Andrade Leitão nas conferências da Westfália, é toda a nossa acção militar durante essa campanha de 44 exposta com grande interesse e valorizada indiscutivelmente nos seus resultados como se tornava necessário. São três documentos preciosos estes, um já por nós publicado (1), mas inéditos os outros dois como julgamos, e que se encontram no riquíssimo espólio documental da Biblioteca Nacional de Lisboa (2).

Ao dá-las a conhecer ao grande público, julgamos prestar um bom serviço, por fazer jorrar ainda mais luz — e luz verdadeira — sobre a figura excelsa do Rei D. João IV (3).

I

«Luis Pereira de Castro Embax.^{or} Amigo.

Eu El Rey vos enuio muito saudar. Deu principio a successos desta campanha o Conde de Castelo melhor, com osaco, e expugnação da villa da Barca lugardemais de quatrocentos uezinhos do Reyno de Galiza, e que se achaua, com forteficação, e prezidio bastante, para rezistir qualqueroutra inuestida; Morrerão nadeffensa todos os q̃ persistirão em sofrer origor deminhas Armas, q̃ foi melhor, emayorparte.

Os que liurarão serecolherão aduas Aldeas superiores a campanha de saluattera, e

(1) A acção diplomática de Portugal no Congresso da Westfália — Trabalho que faz parte da série de estudos a publicar pela Academia Portuguesa da História comemorativos do terceiro centenario da Restauração — ainda não pôsto à venda.

(2) Caixa 13, Mss. F. Geral.

(3) Sobre a acção militar dos exércitos portugueses durante esta campanha de 1644, foram publicados vários folhetos. Assim: «Relaçam dos gloriosos successos que as armas de Sua Magestade El Rey D. Ioam IV. N. S. tiueraõ nas terras de Castella, neste anno de 1644 até a memoravel victoria de Montijo». por Antonio Paes Viegas — Ano 1644.

«Apologia militar en defenza de la victoria de Montio. Contra las Relaciones de Castilla, y gazeta de genoba que la calumniaron mordaces, y la usurpan maliciosas.

A Dom Iuan Rodrigues de Saa, y Meneses de Penaguion del Consejo de su Magestad, y su Camarero mayor. Singular Mecenaz de los escriptores.

Offrece el capitan Luis Mariño de Azevedo» 1644.

porque tentauão daly alguñs assaltos, mandou o Conde sobre ellas agente, quebastou para as queimar com castigo detodos, os queseatreuerão a deffendellas. Poucos dias depois tentou o Marquez de Tauora govern.^{or} daquelle R.^{no} alguã facção com q̄ saneasse aquebra dos danos referidos, nomesmo tempo, mandou inuistir caminha, Villanoua, Monção e Lanhellas, pretendendo com estas diuersões impedir osocorro a Lanhellas a que ordenava o dano, porem foi tão grande aduertencia dos Capitães, quegouernauão cada huã das ditas praças, que sendo muito desigual opoder foi forçado ao Inimigo retirarse com grande perda de gente, e reputação, deixando à vista de Caminha huã dequatro grandes barcaças, ealguñs de trinta barcos, deque constaua a força comque a inuestio. Em Lanhellas grande numero de mortos, e em o R.^o mais lugares a este respeito, e não parou aqui o dano, porque ou q̄ Meus soldados ficarão irritados, ou q̄ o Conde govern.^{or} de minhas Armas, julgou que se devia proseguir aquelle bom successo metendo alguãs tropas no Pays Inimigo, mandou alguãs Companhias sobre o lugar de Crespor (?) as quais alem deste queimarão mais quatorze apezardemuitos, q̄... (?) deffender.

Na Prouincia de Alentejo ouue tambem sucessos de grande importância, emayor reputação pella opinião dos Cabos que governão as Armas na Estremadura, porque succedendo no governo ao Conde Sancto Esteuão o Marquez de Torrecuça compresunção de melhor soldado tentou poucos dias despois de chegado a Badajos entender por meyo de alguã... (?) ovallor, e disciplina dagente comq̄ hauia de auesinhar, e com este intento mandou sobre Campo Mayor duzentos soldados escolhidos, atempo que se achauão no Campo, trinta dos do Prezidio daquelle força dando guarda a alguñs lauradores, emqueo açcidente fosse tão inopinado, que estes o não pudessem preuenir recolhendose ápraça ou que seu valor lhe não desse lugar a reconhecerem a ventagem do Inimigo, se trauarão com elle em tão boa forma q̄ com morte de muitos puzerão aos mais em afrontosa fugida.

Sentio tão amargamente o Marquez este successo, que resolueo tomar em satisfação alguã praça de importância, e julgando por alguñs respeitos por tal a villa de Ouguella, que por sua estreiteza he das de menor prezidio de toda aquella frontr^a mandou sobre ella o Govern.^{or} de Villar de El Rey, soldado de grande experiencia e muita opinião entre os daquelle nação, com mil e quinhentos cauallos, e mil e quinhentos Iffantes. Achauõsse acaso em Ouguella quarenta e cinco Iffantes pagos, eagente da terra; porem sendo estes aduertidos do poder com q̄ o Inimigo intentaua a enterpreza por huã espia que se achou no Campo se puserão em tão boa ordem de deffensa, e com tão constante resolução de vender as vidas caras, que quando ao amanhecer o Inimigo deu sobre o lugar persuadido a que tinha mais segura a vitoria no descuido, e pouca preuenção, dos que adeffendião, que no poder, e ventagem de suas Armas, os achou tão dispostos que despois de lhe custar morte de muitos, o entrar aprimeira trincheira, vallendosse de hum petardo e de outros arteficios, de fogo que aplicarão a porta della, quando intentarão proseguir com os mesmos instrumentos, escallan-

do a muralha, forão tão rijamente rezistidos, q̄ lhe foy forçado, despois de verem desbaratada a mayor força de seu poder, buscarem na retirada poder para o não perder de todo.

Pella grande reputação deste successo e pello muito particullar vallor com que se ouuerão estes soldados fiz logo m.º ao Capitão da praça de huã Comenda de bastante lote e a cada hum dos soldados, de hum cruzado de ventagem no soldo por mez; As mulheres fizeram igualmente sua obrigação, como os soldados; e em particular ouue hua que despois de peleijar com muito vallor todo o discurço da briga, que durou a mayor parte do dia, e despois de ferida graue mente na cabeça senão quis curar emq.º o Inimigo não fogio, e assi ferida com hum chuço nas mãos peleijou com admirauel resolução, e matou alguñs Castelhanos.

Achavasse neste tempo Mathias de Albuquerque que gouerna as Armas naquella Prou.ª em a villa de Estremoz, e com voz deque queria hir socorrer Ouguella juntou dous mil e quinhentos Iffantes, e ordenando a Dom Rodrigo de Castro thenente general da Cauallaria que com duzentos, e sessenta caualllos, e duzentos e sessenta arcabuzeiros fosse contra Montijo Villa demais de nouecentos vezinhos; eao Monteiro Mor que com oitocentos Cavallos occupasse posto conueniente parase juntar com ella no cazo, emque, ou a praça tiuesse mayor deffensa do q̄ se imaginaua ou o Inimigo a procurasse socorrer.

Marchou em direitura do mesmo lugar, porem em tal forma que se o Marquez sahisse de Badajos, pudesse com os dous mil e quinhentos Iffantes referidos, que erão gente, com que se podia emprender qualquer couza grande tentar a enterpresa de Badajoz.

Era Montijo lugar aberto, porem achauasse com tão boa trincheira q̄ fazia ventagem aos mais fortes muros, prezidia... (?) com quatro Companhias de Infantaria paga, e huã de Cauallaria, alem da gente da terra, mas nenhuã destas couzas foi bastante, para que Dom Rodrigo logo, q̄ o auistou, deixasse de arrimar escadas, e entrar a trincheira, apezar da rezistencia do Inimigo, que foi a mais forte que se podia offerecer.

Entrado o lugar, o dezemparrarão todos os que não morrerão na pelleja, estando muito adiante o sacco della, e alguã boa parte queimado, chegarão mil caualllos do Inimigo em seu socorro, com que foi forçado que Dom Rodrigo dezistisse da obra, e reunisse suas forças se oppor aos contrarios, o que executou em tão boa forma q̄ teue lugar p.º que o Monteiro mor, com os oitocentos Caualllos ofosse socorrer, e juntos hum e outro ferirão tão rijamente no Inimigo, que despois de lhe matarem numero considerauel, o puzerão em tão a frontosa fogida que muita parte se afogou com o desacordo no Rio Guadiana que foi o padrinho, de que se vallerão não sendo nenhuã das couzas referidas bastante, para que o de Torreçuça se sentisse obrigado a sahir de Badajoz. O mais que montarão foi que alguãs tropas soltas tomarão por sua conta a satisfação destes danos, tentando alguñs roubos... (?) nos termos de Portalegre, Maruão e Castello de vide; e porque sua demazia passou a termos de castigo, ordenou Mathias de Albuquerque a Dom Nuno Maz, que assiste naquella fronteira, que com oito centos Inffantes, e a cauallaria da ordenança que pudesse juntar dos ditos lugares,



CONDE DE VILA-FLOR

fosse contra a Villa de Membrio, e corresse toda a campanha de Vallença té Alcantara; foi tão bom o acordo, com que esta resolução e queimarão todo aquelle contorno, mas entrarão sequearão e queimarão sem ficar caza em pee, a villa de Membrio, que era huã das melhores daquella Comarca, e de que se reçebia mais dano, por estar bem fortificada e com bom Prezidio.

Nas Prouinçias da Beira e Tras-os-montes senão tem obrado couza de consideração, porque pla estreiteza daquellas terras, se poem todo o cuidado na conseruação de seus moradores, sem proceder a grandes hostilidades.

Pareçome mandaruos auisar de tudo o referido para q̄ tenhais entendido que senão falta, ao que conuem ao bem de meu Real estado, e que Deos Nosso Snor. por sua grande mis.^a he seruido adiantalo, com tão milagrosos sucessos. Escrita em Alcantara a 19 de Mayo de 1644

Rey . . . »

II

«Luis Pereira de Castro embaxador amigo.

Eu El Rey uos enuio muito saudar. Ante ontem receby o primeiro auizo da de Rota q̄ Mathias de Albuquerque gouernador das Armas da prouincia e exercito de Alentejo deu a quasy todo poder que El Rey de Castella tem por Aquella parte, e ontem se recebeo a relação sua q̄ sera cõ esta carta, q̄ contem osuccesso da batalha que pellas circunstances se tem pla mayor q̄ se deu em Hespanha despois da de Aljubarrota, efoi o successo tam prodigioso como vereis da relação E ouue alguns soldados que se asignalarão com mayor esforço do q̄ parece cabe em homens mortaes. A Mathias de Albuquerque mandey declarar Conde de Alegrete, alem de outras merçes que tambem lhe mandey fazer aos mais assy aos q̄ morrerão, como aos uiuos tenho tambem mandado se faça merçe conforme ao merecimento de cada hum, alem dos mortos q̄ se contem na relação se tem por certo que no Rio guadiana se afogou huã grande quantidade; por estes progressos e pellos mais de q̄ se uos auisa em outras cartas entendereis que foi o meu o primeiro Exercito q̄ sahio em campanha este uerão, E que nestes dias obrou que parece senão pudera conseguir em Annos, assy o fareis entender por essas partes, E as pessoas que nos parecer necessario aduertindo q̄ se falle com toda a... (?) no successo da minha cauallaria, que fora bem differente se o Regimento olandes senão desmanchara tam desordenadamente escrita em Alcantara a 31 de Maio de 1644.

Rey . . . »

Para o Embayxador Luis Pereira de Castro»

III

«Luis Pereira de Castro. Embaixador Amigo:

Eu El Rey vos enuio muito saudar. Por outras que uos tenho mandado escrever, tereis entendido, o que tegora, se tem obrado por minhas Armas nesta Campanha; e porque será justo, e neçessario que meus aliados, entendão com toda a çerteza, quanto lhe importa, aconseruação destes Reynos, para deminuir as forças de nosso Inimigo, enfraqueçendoo de maneira, que não possam receber delle dano de consideração, nem agora nem ao diante; Me pareceo conueniente, fazeruos certo do poder, que El Rey de Castella occupa nas fronteiras destes Reynos, para que conste com euidençia que se todo elle se applicara, contra os Aliados, não só estiuera Catalunha indubitauelmente cobrada, mas estiueraõ as couzas de flandres, em defferente estado, e as do Imperio contra Sueçia muito mais poderosas, com o fauor de Espanha, que he o que o conserua ha tantos tempos. As duas partes, porque mando fazer mais viuamente guerra ao Inimigo, por o pedirem assy as conueniençias do Reyno, são as Prouinçias de Alentejo, e entre Douro, e Minho, e se tem feito por estas duas partes, o que uereis das Rellações, que se vos enuião; Contra Alentejo, gouerna as Armas de El Rey de Castella, pella Estremadura, o Marquez de Torre Cluza, que segundo os ultimos auizos, forma exercito de dez mil Iffantes, e tres mil Cauallos, e procura chegar a doze mil Iffantes, que são os que lhe prometeo El Rey de Castella, para deffender aquella parte. Por galiza contra Entre Douro, e Minho gouerna as armas o Marquez de Tauora, cujo exercito, passa hoje de seis mil Iffantes e mil e quinhentos Cauallos, e he çerto o hade engrossar mais, assy pellas grandes deligençias, que por isso anda fazendo, como porque he indubitauel, que lhe não bastará este poder, para deffender Tuy, e Bayona, de minhas Armas, que são os re-ceyos, com que está; Pella Beira, por onde se lhe fez já nesta Campanha, com minhas Armas grandes danos e espero se lhe façãõ mayores, com o fauor de Deos, Assy p.^a a diuersão de Alentejo, de que esta Prouinçia ficauezinha como por outras razões, se lhe gasta tambem hum grande troço de gente, que gouerna por hora Dom Urbano de Humada, porq̃ só nos prezidios gasta mais, de quatro mil Iffantes pagos, e perto de mil Cauallos. Pello Algarue, e tras os montes faz tambem a mesma despeza; Nos seus Portos de Mar tem em todos Prezi-dios, e elles, e suas Armadas, estão em hum continuo sobre salto, com o poder da minha, que lhe anda sempre diante dos olhos, de maneira q̃ a mayor e melhor parte do poder de El Rey de Castella lhe consome e gasta este Reyno, e apezar de todo elle, por todas as partes da terra, lhe tenho tomado praças, e em todo o discurço de quatro annos, que ha que dura esta guerra, e nestes dous ultimos tão cruel, e sangrenta, q̃ he raro o dia que senão pel-leija; Não ouue nem huã só occasião, em que os seus soldados ficassem vencedores no campo, e isto sem ajuda de nenhum de meus aliados, porque algua pouca, e mim gente (?), que me veo de suas terras, de q̃ me dezejo liurar, me he excessivamente custosa plas demaziadas

pagas, que leua a minha fazenda, e sem embargo d'esta despeza, senão tem faltado por minha parte a fortificação, nem aos socorros, e prouimento, das Conquistas, como uereis da copia de huã carta, que sobre este particullar mandey escrever ao Marquez de Cascaes meu Embaixador extraordinario a El Rey Christianissimo quererá com esta; estes testemunhos tão uiuos, e tão publicamente comprouados, são as melhores razões e os meynos mais efficazes, quando não ouuera outros igualmente poderosos p.^a se poder entender nessa junta em que uos achais, quanto importa a todos meus confederados conseruarem indiuisiuamente comigo, união, e aliança perpetua, pois do contrario que já segundo as razões moraes, senão pode esperar, sehade seguir necessariamente, q̃ todo o poder, que El Rey de Castella applica contra estes Reynos, e todo o q̃ estes Reynos applicão contra El Rey de Castella, hade cahir unido sobre elles; Assy contratando ahy em guerra, como contratando em paz, pois será cegueira despois de tantas experiencias em contrario cuidar que hade conseruar a paz El Rey de Castella; por mais tempo que o q̃ lhe for necessário, para cobrar forças com q̃ tornar a guerra. Escrita em Alcantara a 23 de Junho de 1644

Rey . . .

P.^a Luis Pereira de Castro»

EDUARDO BRAZÃO



CONGRESSO DO MUNDO PORTUGUÊS

CONGRESSO COLONIAL (IX DA SÉRIE)

No plano geral dos congressos que constituem o Congresso do Mundo Português figura um Congresso Colonial destinado ao estudo dos problemas coloniais portugueses da actualidade. Pretende-se dêste modo ligar aos congressos em que se versa a história do Mundo Português um aspecto particularmente dinâmico da vida actual da nação. A renovação da nossa actividade de colonizadores, a construção de um grande império colonial em pleno desenvolvimento, constituem, com efeito, assuntos geradores de problemas novos, cujo estudo é como um prolongamento dos estudos históricos dos outros congressos. Os trabalhos do Congresso Colonial destinam-se a rasgar alguns horizontes da futura actividade de Portugal na sua política ultramarina. Eles constituirão a forte afirmação dos métodos e das preocupações da nossa acção actual. Nas três secções dêste Congresso agruparam-se, em forma quanto possível sistemática, três categorias de estudos de inegável interesse para a orientação da nossa acção colonizadora.

Consagra-se a primeira Secção ao estudo de diversos problemas de investigação científica colonial nos campos da etnografia, da antropologia, da arqueologia, da lingüística e das ciências médicas, e busca-se solução ao problema, cheio de actualidade, da organização metódica da investigação científica colonial portuguesa.

Agrupam-se na segunda Secção os estudos dos importantes problemas da colonização e do povoamento nas nossas duas grandes colónias de Angola e de Moçambique, abordando-se também o problema do contacto das raças e o estudo do melhor aproveitamento das organizações tradicionais indígenas.

Finalmente, à terceira Secção foram confiados os estudos de carácter económico, nomeadamente os da defesa da economia imperial e da coordenação das economias da metrópole e das colónias.

Adoptou-se o método de seriar os aspectos de cada problema, encarregando diferentes pessoas de reconhecida competência de os encararem sob ângulos diferentes ou de estudarem as suas diversas modalidades.

Pretende-se obter assim a mais larga compreensão dos fenómenos a estudar, corrigindo os inconvenientes do excesso de personalismo na sua apreciação.

Os dois volumes que compõem as publicações dêste Congresso constituirão sem dúvida, na nossa bibliografia colonial, valioso repositório do estudo de alguns dos mais importantes problemas coloniais portugueses na hora presente.

PROGRAMA DE ESTUDOS

I.ª Secção — A INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA COLONIAL E O SEU PAPEL NA MODERNA POLÍTICA COLONIAL PORTUGUESA

- a) O problema e a sua origem.
- b) Estudos etnográficos, antropológicos e arqueológicos.

- c) Estudos lingüísticos.
- d) Estudos médicos.

2.^a Secção — A COLONIZAÇÃO E O POVOAMENTO NAS COLÓNIAS DE ANGOLA E DE MOÇAMBIQUE

- a) O contacto das raças.
- b) Colonização branca.
- c) Povoamento indígena.
- d) Aproveitamento das organizações indígenas tradicionais.

3.^a Secção — ALGUNS PROBLEMAS ECONÓMICOS DA POLÍTICA COLONIAL PORTUGUESA

- a) A coordenação económica.
- b) A defesa da economia imperial.
- c) O trabalho indígena.
- d) As ligações de transportes de Angola e Moçambique com os territórios vizinhos.

DESENVOLVIMENTO DOS TEMAS DE CADA SECÇÃO

1.^a SECÇÃO

- a) *A organização da investigação científica sobre as colónias portuguesas. Missões oficiais de estudo. Acção das instituições científicas metropolitanas. Trabalhos da iniciativa das colónias. Balanço dos estudos realizados. Vantagens de um organismo de coordenação e de orientação. Plano da sua orgânica.*
 - 1.^o — A investigação científica nas colónias portuguesas nos últimos 100 anos.
 - 2.^o — Plano de um organismo de coordenação e orientação.
 - 3.^o — Soluções dadas a este problema nos outros países coloniais. O livro de Lord Hailey.
 - 4.^o — Bibliografia.
- b) *Estudos antropológicos, etnográficos e arqueológicos.*
 - 1.^o — O mestiçamento nas colónias portuguesas.
 - 2.^o — Grupos sanguíneos nas colónias portuguesas
 - 3.^o — Índices de robustez e de vitalidade dos indígenas das nossas colónias africanas.
 - 4.^o — Concepções religiosas entre os Bântus das colónias portuguesas.
 - 5.^o — Mutilações étnicas nas colónias portuguesas.
 - 6.^o — Estações do paleolítico na arqueologia de Moçambique.
 - 7.^o — Bibliografia.
- c) *Estudos sobre as línguas bântus, especialmente sobre as faladas em Angola e Moçambique. O problema das línguas veiculares.*
 - 1.^o — Das modificações morfológicas dos vocábulos angolanos na sua adaptação à fonética e grafia portuguesas.
 - 2.^o — Dialectos da tribu Thonga, especializando o Xironga como modelo dos demais. Fonética, grafia, estrutura gramatical e sintaxe.
 - 3.^o — Das línguas e dialectos bântus em Angola.

- 4.º — Das línguas e dialectos em Moçambique.
- 5.º — O problema político, social e administrativo das línguas veiculares nas colónias portuguesas.
- 6.º — Bibliografia.

d) *Estudos médicos.*

1.º — A mortalidade infantil de brancos e de indígenas nas colónias de Angola e de Moçambique. Suas causas principais e remédios possíveis a aconselhar. Método para a organização das estatísticas da mortalidade infantil naquelas colónias.

- 2.º — Bibliografia.

2.ª SECÇÃO

a) *Colonização e povoamento nas colónias de Angola e de Moçambique.*

1.º — O contacto das raças nas colónias portuguesas. Seus efeitos políticos e sociais. A legislação portuguesa.

- 2.º — Bibliografia.

b) *A colonização branca.*

1.º — Estudo histórico do problema da colonização em Angola e Moçambique, principalmente no período contemporâneo.

2.º — Estudo comparativo das obras de colonização branca realizadas por outros países nas zonas tropicais africanas.

3.º — Da emigração portuguesa nos últimos 50 anos. Como se deve preparar o nosso emigrante para ser um bom colono.

4.º — Das condições sanitárias para o êxito da colonização portuguesa. Preparação e assistência.

5.º — Do regime das concessões territoriais aos colonos e da preparação e assistência agronómicas.

6.º — Aspectos económicos do problema da colonização branca nas colónias portuguesas.

7.º — Zonas colonizáveis de Angola e soluções aconselháveis para intensificar a sua colonização.

Maquinismo administrativo.

8.º — Zonas de colonização em Moçambique e soluções aconselháveis para os progressos da sua colonização. Os órgãos administrativos.

- 9.º — Bibliografia.

c) *Povoamento indígena em Angola e Moçambique.*

1.º — Organização da família indígena em Angola e Moçambique, sua evolução, o papel da mulher, diversidades tribais.

2.º — Formas actuais dos agrupamentos populacionais indígenas em diversas regiões de Angola e Moçambique. Distribuição demográfica indígena nas províncias das duas colónias.

3.º — O regime da propriedade indígena que melhor favorecerá a intensificação do povoamento indígena em Angola e em Moçambique.

4.º — A organização sanitária nos progressos do povoamento. Fórmulas de organização aconselháveis para Angola e Moçambique.

5.º — Fórmulas e métodos de robustecimento da capacidade económica dos indígenas. Assistência agronómica e veterinária. A valorização da produção indígena.

- 6.º — Os problemas da alimentação indígena. Como se deve melhorar.
- 7.º — A acção missionária no aldeamento indígena.
- 8.º — Síntese das medidas aconselháveis para impulsionar o povoamento indígena em Angola e Moçambique.
- 9.º — Bibliografia.

d) *Aproveitamento das organizações tradicionais indígenas na administração colonial.*

- 1.º — Esboço histórico das organizações tradicionais dos regulados indígenas em Angola e Moçambique. Os grandes régulos, os chefes indígenas. Situação actual.
- 2.º — Integração dos actuais régulos na obra administrativa nas colónias de Angola e Moçambique.
- 3.º — Da educação dos chefes indígenas como instrumentos colaboradores da administração.
- 4.º — Estudo comparativo das soluções do problema nas colónias inglesas, francesas, belgas, holandesas e italianas.
- 5.º — Bibliografia.

3.ª SECÇÃO

a) *Coordenação da política económica da Metrópole com as necessidades económicas do Império Colonial.*

- 1.º — Princípios dominantes da política colonial portuguesa em matéria económica no século XX.
- 2.º — Organismos e fórmulas de coordenação económica imperial.
- 3.º — Aplicação do regime corporativo às colónias; suas dificuldades.
- 4.º — Organismos e métodos para a aproximação e contacto entre a Metrópole e as colónias no sentido da unidade.
- 5.º — Bibliografia.

b) *Defesa da economia imperial contra diversos aspectos da concorrência estranha.*

- 1.º — A protecção pautal nas colónias.
- 2.º — O problema de transportes em Angola e Moçambique.
- 3.º — Os transportes marítimos para as colónias e a bandeira nacional. As taxas e fretes na importação e exportação.
- 4.º — A organização comercial nas colónias, seus defeitos. Fórmulas de aperfeiçoamento.
- 5.º — O problema do estabelecimento das indústrias nas colónias. Sua coordenação com os interesses metropolitanos.
- 6.º — Bibliografia.

c) *Importância comercial e política das ligações das vias de comunicação entre Angola e Moçambique e os territórios vizinhos.*

- 1.º — O complemento das ligações aéreas, ferroviárias e das estradas entre Angola e os territórios estrangeiros vizinhos.
- 2.º — Os problemas das ligações dos transportes de Moçambique com os dos territórios vizinhos.
- 3.º — Bibliografia.

d) *O trabalho indígena em S. Tomé, Angola, Moçambique e Timor. Estado actual e evolução desejável.*

- 1.º — O problema em S. Tomé e Angola.

- 2.º — O problema em Moçambique.
- 3.º — O problema em Timor.
- 4.º — Bibliografia.

ALGUMAS INDICAÇÕES REGULAMENTARES

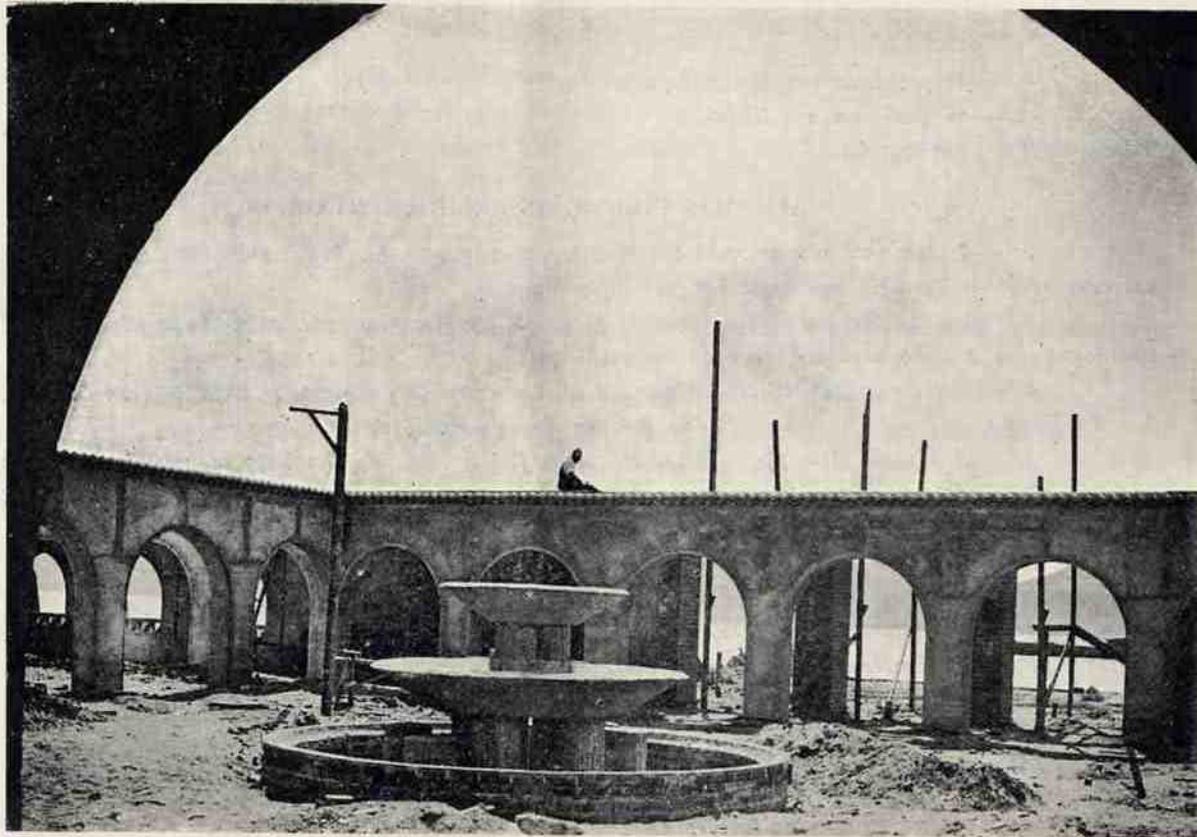
- 1.º — Podem inscrever-se como congressistas, portugueses, brasileiros e súbditos estrangeiros dos países com os quais Portugal mantenha relações diplomáticas.
- 2.º — Os estudos que fazem parte do programa não devem exceder cada um 30 páginas de 25 linhas dactilografadas e serão acompanhados da respectiva bibliografia.
- 3.º — Estes estudos devem dar entrada na Secretaria do Congresso (Escola Superior Colonial, Praça Rio de Janeiro, 21) até ao último dia do mês de Janeiro de 1940.
- 4.º — A revisão tipográfica destes trabalhos fica a cargo da Comissão organizadora do Congresso.
- 5.º — As comunicações, nos termos do n.º 1.º do programa geral, não poderão exceder 16 páginas dactilografadas e devem ser entregues até 31 de Janeiro de 1940.
- 6.º — A sessão inaugural do Congresso realizar-se-á na Sociedade de Geografia de Lisboa, no dia 10 de Julho de 1940.
- 7.º — Prevê-se a adesão e representação das Universidades, Academias, escolas coloniais e outros institutos especializados estrangeiros, nos termos e condições do n.º 5 do programa geral.

COMISSÃO ORGANIZADORA DO CONGRESSO COLONIAL

- Conde d Penha Garcia, antigo ministro, vogal do Conselho do Império Colonial, director da Escola Superior Colonial, presidente da Sociedade de Geografia de Lisboa, presidente da Comissão Organizadora do Congresso ;
- Eng. Jos Bacelar Bebiano, antigo ministro, administrador do Pôrto de Lisboa ;
- Coronel Lopes Galvão, inspector superior das Obras Públicas, secretário geral da Sociedade de Geografia de Lisboa ;
- Capitão Henrique Galvão, inspector superior da administração colonial ;
- Lopo Va de Sampaio e Melo, vogal do Conselho do Império Colonial, professor da Escola Superior Colonial ;
- Dr. José de Almada, procurador à Câmara Corporativa, consultor colonial do Ministério dos Negócios Estrangeiros ;
- Dr. Alcino de Vasconcelos, professor da Escola Superior Colonial ;
- Dr. Manuel Múrias, membro da Academia Portuguesa da História, director do Arquivo Histórico Colonial, secretário geral do Congresso do Mundo Português ;
- Júlio Caiola, agente geral das Colónias ;
- Dr. António de Almeida, deputado, professor da Escola Superior Colonial, secretário da Comissão Organizadora do Congresso.

EXPOSIÇÃO DO MUNDO PORTUGUÊS

ESTADO ACTUAL DAS OBRAS



PATEO DOS PAVILHÕES DE ETNOGRAFIA



PAVILHAO DA FORMAÇÃO E CONQUISTA



UM PORMENOR DO PAVILHAO DE LISBOA



PAVILHAO DOS DESCOBRIMENTOS

A BATALHA DE S. MAMEDE

Como se sabe foi a 24 de Junho de 1128 que os dois partidos desavindos do Condado Portucalense se defrontaram *in campo Sancti Mametis, quod est prope castellum de Vimaranes*.

De entre os factos históricos de Portugal que ainda hoje se encontram envoltos em densa névoa, os encobertos e menos discerníveis são, incontestavelmente, os do alvorecer do Reino quando a nossa consciência nacionalista se não formara ainda, é certo, mas já «começavam a delinear-se vislumbres de exclusivismo regional», como diz o dr. Alfredo Pimenta. Se, com efeito, não podemos crer que a revolta dos barões que cercaram Afonso Henriques fôsse motivada por um patriotismo exaltado e exacerbado com o domínio do conde de Trava e dos seus galegos, tampouco poderemos perfilhar inteiramente a doutrina de Oliveira Martins de que «na primeira época da história portuguesa, a independência é um facto originado no merecimento pessoal dos chefes militares dos barões de áquem Minho». As ambições, ainda que dum homem de génio excepcional, nunca puderam dar a um povo a consciência da sua existência. Em regra elas apoiam-se com mais ou menos força nos exclusivismos já criados e conscientes; é o que se vê através de toda a história e é na história moderna, sobretudo, que maior número de exemplos se encontram para ilustrar o que deixo dito. Se em Portugal não houvesse um exclusivismo regionalista, que sempre separou os povos desta orla atlântica dos habitantes do planalto castelhano, Afonso Henriques não teria conseguido fazer do pequeno condado, cujo govêrno arrebatou à mãe naquela tarde gloriosa de 1128, um reino de tal forma cioso da sua independência e liberdade que só cansado do esforço dos descobrimentos e das conquistas cederia perante as constantes tentativas absorcionistas do reino vizinho. Só êsse exclusivismo latente, o qual parece provinha já das tribus lusitanas, explica o modo como o jovem príncipe conseguiu firmar um trono; outra construção que fôsse artificial ou obedecesse apenas à ambição pessoal do moço filho de D. Henrique estaria de antemão condenada a abortar dentro dum prazo mais ou menos longo. E o caso Portugal é particularmente impressionante dentro da Península onde existiam outros povos, como os Bascos e os Catalães, dotados de forte exclusivismo local mas que não conseguiram encontrar um homem que lhes corporizasse as aspirações e as defendesse da tendência absorvente de Castela. Nesse ponto Portugal parece marcado logo ao nascer com o sêlo duma predestinação que o levaria aos heróicos cometimentos futuros.

Creio que nenhum historiador, salvo Herculano, acentuou bem o alto significado da breve luta travada junto de Guimarães naquele dia de S. João, há oito séculos. É inegável que por detrás de D. Tereza havia as ambições incontidas do Trava e dos seus patrícios; também é certo que as ambições dos turbulentos barões de Entre-Douro-e-Minho se acobertavam com o moço Infante sôbre quem deveriam ter há muito lançado as vistas, talvez

por lhe haverem descoberto o ânimo varonil e decidido dum Chefe. Tudo isso é certo, mas também é verdade que no ânimo da Rainha, como no do filho, havia o mesmo pensamento de libertar definitivamente Portugal da sujeição ao leonês.

D. Tereza, porém, era mulher, e a-pesar daquela astúcia em que era mestra e a-pesar também da ambição de independência que já o falecido conde D. Henrique tivera, deixou-se levar ao som da «eterna canção»: O Trava transtornou-lhe a cabeça e o coração levou-a a esquecer os planos de liberdade que no seu cérebro haviam sido gerados quiçá ainda em vida do borgonhês, seu marido. É possível, quasi certo mesmo, que D. Tereza alimentasse o ambicioso projecto de juntar as duas partes separadas da antiga Galécia; e possivelmente as suas relações com o Trava teriam começado com êsse fim, embora os factos posteriores nos revelem claramente que a razão cedeu o lugar ao coração. Prova clara e iniludível das suas ambições e dos seus planos temo-la na atitude que a formosíssima D. Teresa manteve para com a irmã D. Urraca, por suas intrigas repudiada pelo segundo marido Afonso I. E tais foram que êste nem sequer quiz ouvir a espôsa em defêsa.

A rivalidade das duas irmãs é um facto por demais conhecido para que nele aqui se insista, embora as razões de tal animosidade não sejam fãcilmente discerníveis. Ou porque à animosa D. Teresa repugnasse a vassalagem à irmã, embora esta fôsse legítima e herdeira, por isso, de Afonso VI de Leão e Castela, ou porque a D. Urraca causasse zelos a beleza da irmã e a paixão que lhe inspirou o conde de Trava «que era em aquell tempo o melhor homem d'Espanha que rey nom fosse», no dizer do *Livro das Linhagens* do Conde D. Pedro, a verdade é que a rivalidade existiu e deve ter influido nas tumultuosas questões entre as sés de Compostela e de Braga que enchem as páginas do prólogo da nossa história. Como quere que seja a rivalidade das duas irmãs serviu à maravilha os desejos exclusivistas dos barões de Entre Douro-e-Minho; D. Teresa foi, por isso, em dado momento — desde a morte de D. Henrique até à revolta do moço Infante — o campeão denodado da separação de Portucale da Galisa de D. Urraca e, por conseguinte, de Leão.

Mais tarde, conhecido o Trava, deve ter alimentado o vasto plano de reunir sob o seu senhorio tôda a terra do Cantábrico ao Douro fomentando e aproveitando as desinteligências entre a irmã e o segundo marido.

Mas tal plano também o alimentava Afonso Henriques, embora as suas vistas não fôsem lançadas para além do rio Minho. Ao passo que D. Henrique e depois a mulher ambicionavam reunir em um só os dois condados que o Minho separava, o filho, nutrindo o mesmo desejo de independência, entendia que a sua missão seria dilatar-lhe as fronteiras para o sul. Há pequeninos factos que por vezes mudam o curso da história e não é mera anedota a afirmação de que os destinos do mundo estiveram um momento dependentes do feitio do nariz de Cleopatra.

Que D. Teresa, inteligente e astuta como era, recalcasse o sentimento que lhe enchia o coração e manejasse o Trava como ela manejava homens de mais forte têmpera, e outro

teria sido o curso dos destinos de Portugal. Possivelmente a sua história seria obscura, viveria vida vegetativa entre o Cantábrico e o Mondego, enquanto o leonês e o castelhano dominariam o Alemtejo e o Algarve. Talvez o mouro fizesse dêste último o centro de resistência contra os constantes foados dos reis cristãos, tornando impossível a expulsão da Península. Mas também nada contraria a idea de que o bloco galego-português inscrevesse na história páginas mais brilhantes do que o nosso povo escreveu. Embora separados politicamente, foi comum a nossa língua enquanto os portugueses não perderam o gosto pelo trovar à maneira da Provença; e tão bela era ela que Afonso o Sábio dela se serviu para compor as suas *Cantigas de Santa Maria*, obra-prima do trovar medieval.

Mas factores de ordem diversa alteraram por completo o curso dos acontecimentos. A inimizade latente entre galegos do Trava e barões portugalenses e as querelas constantes entre os bispados do Porto e de Santiago, tudo concorreu para que se desfizesse o lindo sonho que a grande Princesa acalentava. Até hoje ainda não foi suficientemente explicado o problema das causas da revolta que teve por fecho a pugna de S. Mamede. Os diferentes cronicões que a relatam na sua simplicidade ingénua não dizem coisa que não deixe margem para conjecturas mais ou menos duvidosas. Tampouco se pode afirmar, sem certeza de errar, que o conde de Trava não era marido de D. Tereza, como no-lo dizem claramente as crónicas mais antigas publicadas por Herculano nos *Portugaliae Monumenta Historica*. Para a *Chronica Gothorum* morto o conde D. Henrique, *quidam indigni, et alienigene vendicabant Regnum Portugallis matre eius* [D. Afonso Henriques] *Regina Donna Tarasia eis consentiente volens et ipso superbe regnare loco mariti sui, amoto filio a negocio Regni*. Mas o Príncipe *conuocatis amicis suis et nobilioribus de Portugal, qui eum multo maxime quam matrem eius, vel indignos et esteros natione nolebant regnare super se. Commisit eum eis proelium in campo Sancti Mametis, quod est prope castellum de Vimaranes, et contriti sunt, et deuicti ab eo, et iugerunt a facie eius, et comprehendit eos*. Daqui se conclui que a revolta do Príncipe a motivou a ira por se vêr atastado do govêrno do condado por um estrangeiro que se insinuara no ânimo da mãe e com ela casara.

A *Brevis Historia Gothorum* é ainda mais resumida no relato dos factos. Limita-se a dizer que no mês de Junho do ano de 1166, da era de César, em dia de S. João Baptista, *iniit Regnum vel potius principatum Portugalliae Alfonsus, uictis adversariis, qui Tharasia matre Regnum inuaserant, et regno pulsus prelium commissum est in campo S. Maman-tis, vulgo mametis, prope Castellum Vimaranesense in Regione inter amni*. É tudo quanto diz e não dá o mais leve indício por onde se possa tirar qualquer inferência, mais ou menos próxima da verdade.

Os cronicões Complutense, Lamecense, Laurbanense nada dizem, e o Alcobacense, depois de falar no nascimento de D. Afonso Henriques passa logo a referir a batalha de Ourique. Fica-se na ignorância dos factos que medeiam entre os dois relatados, sem qualquer indicação, ainda a mais leve, do modo por que o Príncipe ascendeu ao trono de Portugal.

Mais prolixas são as *Crônicas breves e memorias avulsas de S. Cruz de Coimbra* que no capítulo III relatam com certos pormenores as razões do alçamento de D. Afonso Henriques. Ali se diz que D. Teresa casara com Vermuí Peres de Trava «mais depois lha tomou o conde don Fernando seu irmão e casou com ella». Êste D. Fernando era então «o melhor homem despanha que Rey nom fosse, e por esta razon alçousse toda a terra a dom afonso anriquez com sua madre. E elle quando esto vio forçou dous castellos huum nenha



BRAGA — VISTA DA ABSIDE E DAS TORRES DA SÉ

[Neiva], e outro castello da feira. E danbos estes castellos fazia elle guerra mortal a seu padraсто entanto que oueram a fazer treegoas que podessem fallar». Foi então que o Trava se lhe dirigiu, chamando-lhe príncipe, e pedindo-lhe que não continuassem a hostilizar-se em guerrilhas mas entrassem em batalha campal que decidiria da sorte dos dois. O moço Infante respondeu-lhe que Deus bem deveria vêr o facto dêle, Trava, o querer expulsar da terra que seu pai conquistara aos mouros, mas D. Teresa (que pelo visto estava presente à

conferência) atalhou dizendo: «minha he a terra ca meu padre elRey dom affonso ma leixou». Mas o Trava persiste na idea da luta campal que se decidiu «que fosse em guimarães em logar que dizem sam redanhas».

O *Livro das Linhagens* do Conde D. Pedro segue na peugada da crónica anterior, de que possivelmente aproveitou o relato, e refere os factos exactamente do mesmo modo.

São as citadas crónicas os documentos mais antigos que se referem à revolta que já devia lavrar em fins de 1126 ou princípios de 1127. Nelas, como se viu, é o pleito dado como proveniente do facto de D. Afonso Henriques se julgar com direito ao govêrno do condado, que sua mãe entregara ao Trava, na sua qualidade de marido. Nada se diz sobre a acção dos barões portugalenses, como Egas Moniz, Gonçalo Mendes o *Lidador* e de outros que depois acompanharam o Infante. No meio desta névoa só Herculano parece ter entrevisto a verdade. «A influencia illimitada de Fernando Peres — diz êle — devia forçosamente excitar desde o principio o descontentamento e o ciume dos barões portugueses, e as revoltas da Galiza produzidas por um caso analogo eram exemplo mui evidente e proximo, que lhes apontava o caminho que deviam seguir». Eram, pois, duas correntes que convergiam para o mesmo fim: expulsar o galego. Em Afonso Henriques, então rapaz de 17 anos, falava o despeito por supor que a mãe o esbulhava do que legitimamente lhe pertencia; nos ricos-homens de Riba-Douro falava também o despeito, mas êste era talvez o de se verem preteridos por um estrangeiro, como já então se considerava todo o habitante de além do Minho. Nesses tempos de moral fácil, a-pesar da doutrinação da Igreja, os costumes eram grandemente dissolutos, e quem lance os olhos para o *Livro Velho das Linhagens* ou para o *Nobiliario* do Conde D. Pedro, lá encontrará os crimes mais repelentes praticados por quem tantas vezes se considerava bom cristão. Talvez por isso é que os barões portugalenses entenderiam que as relações de D. Teresa com o Trava eram um crime não em si mas por êste último ser estrangeiro. E é desde aí que, continuamente vexados pela preponderância que o filho de Pedro Froilaz adquiria todos os dias e pela que também os galegos iam tomando, os barões de Riba-Douro tomam a decisão de expulsar o Trava e os seus, escolhendo para chefe a criança que já aos 14 anos revelara, na catedral de Çamora, que tinha a alma de um homem e o estôfo de um batalhador.

A invasão de Afonso VII de Leão, que pretendia reduzir à obediência êste pequeno recanto turbulento do seu império, deteve por momentos o eclodir da revolta, mas logo em meados do ano seguinte ela rebentou com fragor e com o mesmo ímpeto com que se soltavam as paixões naquelas eras bárbaras de rudeza imensa. E o pleito decidiu-se emfim junto de Guimarães. D. Teresa e o Trava fugiram, foram presos e libertados a seguir. Portugal nascera nessa tarde gloriosa de 24 de Junho de 1128, quando os soldados do Infante desbarataram os galegos de Fernão Peres. «Era o primeiro symptoma de uma direcção nova, que se ia imprimindo na vida historica nacional», como diz Oliveira Martins. A Galiza integrava-se definitivamente no bloco leonês-castelhano do qual nunca mais pôde separar se; Portugal recuperara a sua autonomia e caminhava confiante para o futuro.

Mas o sonho da grande Princesa continuou incompreendido, quer pelo filho que lhe arrebatou o govêrno, quer pelo amante ou marido que a acompanhou no destêrro. Se o

amor pelo Trava não era um cálculo, foi realmente êle que a perdeu e a fêz perder o que ardentemente desejava alcançar: a independência do condado que queria governar sòzinha. Com os seus actos ella criou o ambiente que tornaria possível o resgate duma Pátria e nem a sua paixão por Fernando Peres a fêz esquecer o que devia a si e à terra que governava, dupla herança do primeiro marido e do pai. Se a batalha de S. Mamede é o corte do cordão umbilical que unia Portugal a Leão, ainda que pareça paradoxo êle se deve a essa varonil figura de mulher que certos historiadores nos apresentaram como esquecida de tudo e de todos aos pés do amante galego, em doces colóquios de amor. É bem verdade que alguns escritores, modernamente, fazem justiça às qualidades admiráveis da filha de Afonso VI de Leão; mas foi Herculano quem em pleno romantismo a rehabilitou. E sabe-se que o escritor illustre não era pródigo em elogios:

«Os escritores modernos, empenhados em salvar a reputação moral de D. Theresa como mulher, esqueceram-se de lhe fazer justiça como rainha ou regente de Portugal. Tem-se dissertado largamente sobre o seu consorcio com o conde Fernando Peres, que nada nos auctorisa a admitir, enquanto o valor historico do seu governo é perfeitamente desprezado. Todavia, durante quatorze anos os actos da viuva do conde Henrique mostram bem a perseverança e destreza com que buscou desenvolver e realizar o pensamento de independencia que elle lhe legara. Cedendo á força das circumstancias, não duvidava de reconhecer a supremacia da corte de Leão para obter a paz quando della carecia, salvo o recusar a obediencia quando cria possível resistir. Associando-se habilmente aos bandos civis que despedaçavam a monarchia leonesa, ia creando no meio della para si e para os seus uma patria [...] Pelas armas e pela política augmentou a extensão dos proprios dominios ao oriente e ao norte, conservando ao meio-dia a linha das fronteiras que seu marido já lhe deixara encurtadas. O castigo de um erro, que, medido pelos costumes do tempo, estava longe de ser imperdoavel, parece-nos demasiado severo, e o procedimento dos barões portuguezes para com ella merecerá dos desprevenidos a imputação de ingrato. D. Theresa — acentua Herculano — foi victima de um sentimento nobre em si, mas ás vezes excessivo e cego, que ella tinha feito crescer, radicar-se, definir-se e que serviu de pretexto de rebeldia á ambição de Affonso Henriques, ou antes á daquelles que por meio do inexperiente principe esperavam melhor satisfazê-la. Este sentimento era o da nacionalidade».

Mas os que porventura supunham ser o moço Infante dócil instrumento dos seus desígnios, enganaram-se redondamente: foram êles próprios que o ajudaram a levar a cabo um empreendimento cujo primeiro indício se manifestou na cathedral de Çamora. Êle foi, assim, quem deu corpo ao pensamento materno e D. Teresa talvez intimamente se regozijasse com isso. Se os destinos dos dois — mãe e filho — se separaram, o pensamento que lhes era comum, êsse foi cumprido integralmente. E, digamo-lo com justiça, devem-se mais a ella do que a êle.

Essa Princesa illustre, que, a-pesar-de todos os seus defeitos, é a digna precursora daquellas mulheres admiráveis que foram as nossas Rainhas, jaz na Cathedral de Santa Maria de Braga, lado a lado com o marido; ali repousa há tantos séculos, longe da incompreensão de uns, perto da admiração de outros que nela veem a mãe espirital do Reino de Portugal. E repousam bem ali os seus restos, porque no dealbar da nossa nacionalidade foi Braga uma das cidades que mais e melhor por ella trabalharam. Por isso as comemorações que ali se realizarão no dia 8 de Maio de 1940 são mais do que um acto de justiça para com a memória da inclita Princesa: são um dever que há séculos foi imposto à nossa consciência de portuguezes.

CASTELOS DE PORTUGAL

ALMOUROL E TOMAR

É com justificado júbilo que nós vemos que a propaganda em prol dos castelos de Portugal se vai intensificando por todo o país e que o Estado, dentro das suas possibilidades orçamentais, acode a salvar, de ruína certa, muitos desses formosos exemplares, sem dúvida, os mais evocativos padrões do nosso glorioso passado.

Entre os castelos que receberam os benefícios de importantes reparações, destacamos hoje o formosíssimo castelo de Almourol, numa situação privilegiada e de uma invulgar imponência.

Sobre uma massa rochosa, numa pequena ilha do Tejo, perto de Tancos, eleva-se esta elegante fortaleza que Gualdim Pais, o glorioso mestre da Ordem dos Templários, erigiu em 1171, como forte baluarte para a dilatação da fé cristã e como poderoso auxiliar nas conquistas para o alargamento das fronteiras.

Papel de relêvo tiveram os templários na formação e consolidação da nacionalidade. Como prémio dos seus serviços, além do que receberam durante o governo de D. Tereza, diz Herculano, «que já tinham recebido do rei de Portugal o senhorio do castelo de Cêra (Cêras) e os territórios cortados pelo Nabão e pelo Zézere desde alta Estremadura, prolongando-se ao oriente pela Beira-Baixa; territórios vastíssimos, em que os templários haviam fundado sucessivamente muitos castelos, como os de Pombal, Tomar, Ozezar Almourol, Idanha e Monsanto». A êles se deve também a construção de outras fortalezas onde se fortaleceu sempre o amor à Pátria.

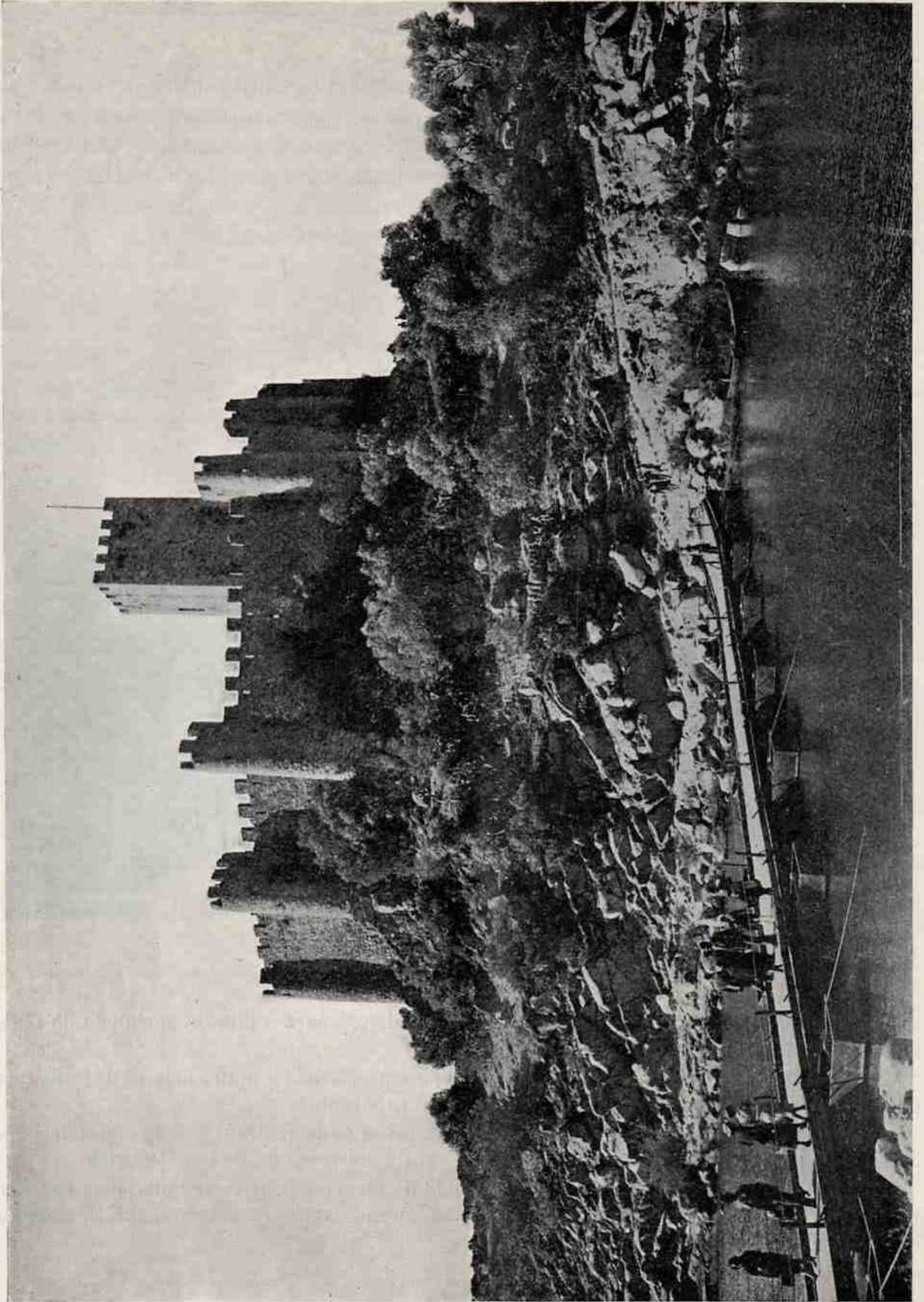
Dentre o conjunto gracioso das muralhas e cubelos ameados que envolvem o velho castelo de Almourol, sobressai altiva e dominadora a forte torre de menagem, coroada com as suas ameias, e donde se gosa um vasto panorama.

A sua posição e as suas elegantes linhas arquiteturais concorrem para que este glorioso padrão, tão poetizado por formosas lendas de um requintado sabor mourisco, seja considerado como um dos mais belos de Portugal.

*

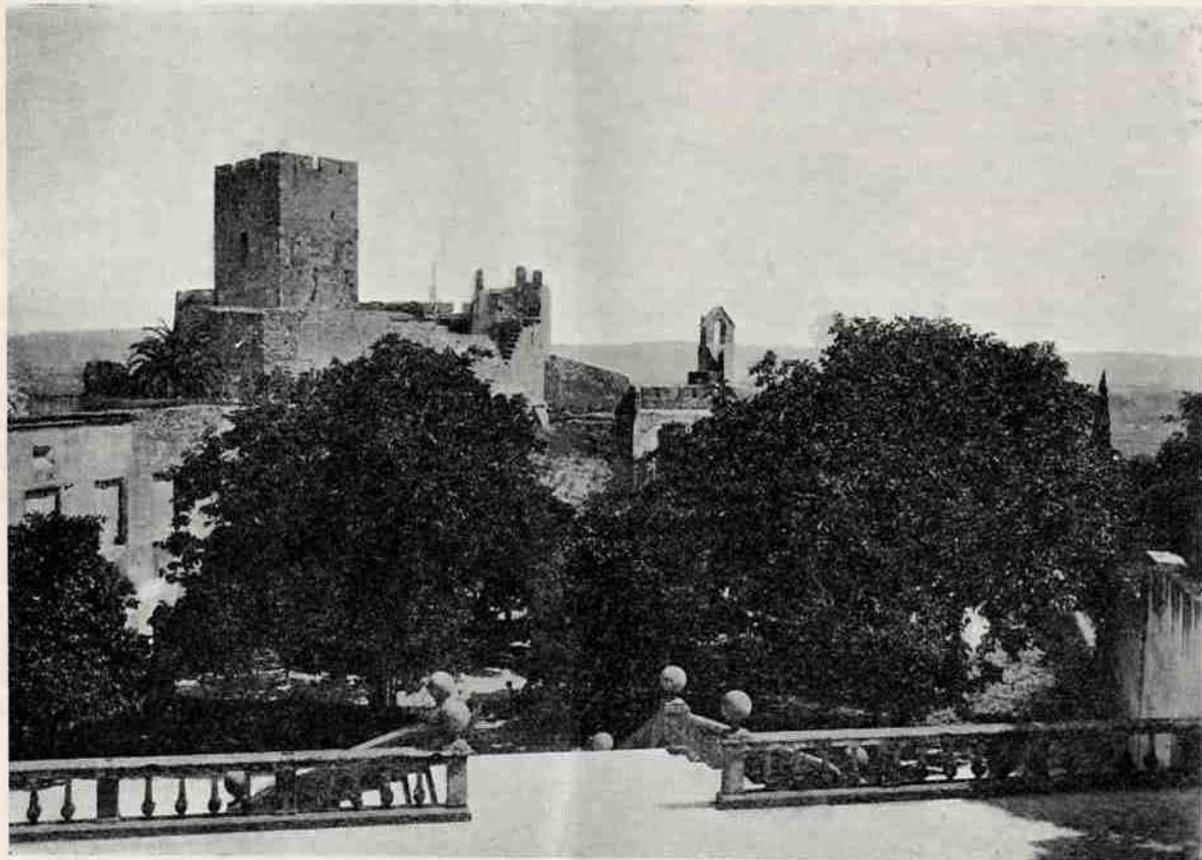
* *

Um outro castelo, cuja fundação se deve ao famoso mestre dos Templários Gualdim Pais, é o de Tomar que êle começou a edificar em Março de 1160, sendo um dos mais fortes e bem defendidos castelos do país. Foi a séde da ordem desses valentes monges e cavaleiros, que tão nobre e valorosamente se bateram pela independência de Portugal.



CASTELO DE ALMOUROL

Teatro de notáveis acontecimentos, êste formidável baluarte de tão nobilíssimas tradições históricas conseguiu resistir, durante 6 dias ao apertado assédio que os mussulmanos lhe puzeram, depois da tomada do castelo de Tórres Novas, no reinado de D. Sancho I. Yacub, não podendo vencer a tenaz e heróica resistência dos aguerridos Templários, levantou cêrco e retirou-se apressadamente com os seus homens.



TOMAR — CASTELO DOS TEMPLARIOS

Dêste castelo partiram êsses esforçados cavaleiros para a luta da conquista da independência, preferindo a morte à derrota.

O castelo de Tomar, construído no alto de uma elevação, numa bela posição táctica, domina a cidade e dêle se gosa um deslumbrante panorama.

Grandes estragos sofreu no decorrer dos anos, que destruíram o seu primitivo traçado, especialmente quando se fizeram as obras para o convento da Ordem de Cristo.

Vários trabalhos de restauro tem recebido de forma a conservar uma parte das muralhas e a sua bela tôrre de menagem, como se vê na gravura que acompanha êste artigo.

Para a construção do castelo foram aproveitadas as pedras das ruínas romanas e visigóticas da margem esquerda do Nabão, sendo testemunho irrefutável desta afirmação as inscrições que se observam em algumas das suas pedras.

Já mutilada, encontra-se também no castelo gravada a inscrição latina comemorativa da fundação desta fortaleza e que traduzida, diz :

«Na era de 1198, reinando Afonso, ilustríssimo rei de Portugal, D. Gualdim, mestre dos cavaleiros portugueses do Templo, com os seus freires começou no primeiro dia de Março a edificar êste castelo, chamado de Tomar, que acabado, o rei ofereceu a Deus e aos cavaleiros do Templo».

Dêste antigo castelo ainda se conservam alguns panos de muralha, a tórre de menagem e as ruínas da alcáçova, ruínas pitorescas que as obras de restauração têm procurado manter e conservar para que a acção do tempo não aniquile êste glorioso padrão, afirmação eloquente de uma época de ardentes e patrióticas aspirações.

JORGE LARCHER



REVISTA DA IMPRENSA

IMPRENSA PORTUGUESA

Na sua habitual secção «Quintas-feiras», publicou o ilustre escritor e eminente académico sr. Dr. Júlio Dantas, no jornal do Pôrto Primeiro de Janeiro, de 6 de Julho findo, o excelente artigo «Um Estadista do século XIV», que temos a honra de arquivar nesta Revista :

Pensa-se em levantar na cidade de Lisboa um monumento ao rei D. Diniz. Esse monumento, iniciativa da Universidade Técnica adoptada pela Comissão Nacional dos Centenários, será — ao que parece — construído a expensas dos organismos económicos portugueses, e desenhará amanhã, entre o arvoredado da Tapada da Ajuda, o perfil gótico do «rei civil» primeiro grande estadista que, depois do período bárbaro da Fundação, aparece na História de Portugal.

Está ainda pouco estudada a figura deste monarca, a quem Dante se refere desagradavelmente na *Divina Comédia*, pondo-o entretanto a-par (e, na verdade, em muitos pontos a vida de ambos foi semelhante) do rei sábio de Castela, Afonso X. Muita gente, mesmo rudimentarmente culta, conhece-o apenas como homem voluptuoso e marido infiel de Isabel de Aragão, como se a fidelidade conjugal fôsse de regra na Idade-média portuguesa (valha-nos Deus !); e não poucas pessoas, aceitando como verídico o milagre das rosas — já, muito antes do nascimento de Santa Isabel, atribuído à homónima Isabel da Hungria e representado num timpano da catedral de Bruges — não vêem no grande propulsor das actividades económicas e criador da política do espírito em Portugal senão o homem antipático e avarento que proíbia a mulher de dar esmolas aos pobres. Como se a obra aliás notável de Isabel de Aragão não tivesse sido, no domínio da assistência social, o complemento da acção do rei seu marido, protector desvelado dos operários, dos homens do mar e dos homens da lavoura, primeiro monarca português que não só olhou com simpatia o povo, mas enobreceu os humildes e protegeu o trabalho!

Homem de vasta cultura, espírito de organização e de acção, burocrata e administrador incansável, rei «moderno» (no sentido em que é licito empregar esta palavra tratando-se de um monarca medieval), D. Diniz aparece-nos com singular relêvo seja qual fôr o ponto de vista administrativo em que nos co-

loquemos. Compreendendo a política do ensino na sua expressão ao mesmo tempo unitária e universalista, reuniu numa só as escolas monásticas dispersas e fundou o «Estudo Geral», de figurino francês, porque francesa era a sua própria formação mental: deveu-se-lhe, assim, a existência da Universidade de Lisboa-Coimbra. Mestre da poesia à maneira da Provença, primeira grande figura literária nacional, não se limitou a cultivar a língua em obras-primas ainda hoje vivas como o *Verde pinho* e a *Bailia de Amor*, puro veio de ouro do lirismo arcaico, mas foi o defensor acérrimo do idioma nascente e determinou que todos os diplomas e actos judiciais se escrevessem em português. O que, porém, menos geralmente se conhece — embora os manuais escolares lhe chamem «rei lavrador» — é a sua obra no domínio das actividades económicas. Se a acção cultural dioniseana pode considerar-se excelente, a obra de organização económica não lhe fica atrás; creio, mesmo, que será justo considerá-la o mais alto título de glória de D. Diniz. Outros talharam o território a golpes de espada; êle iniciou com espírito progressivo e visão segura, a vasta obra de fomento que tornou rica a nação. Por isso a Universidade Técnica de Lisboa tomou a iniciativa de um monumento ao excelso homem de Estado medieval; por isso tôdas as actividades económicas — desde as associações liberais até aos organismos corporativos — acabam de conceder a essa iniciativa o seu caloroso apoio.

É na verdade considerável a obra de fomento de D. Diniz, não só no ponto de vista agrícola, mas ainda sob os aspectos industrial e comercial. As leis da desamortização e da distribuição dos terrenos incultos aumentaram sensivelmente a área cultivada do país; intensificou-se por tôda a parte a lavoura, secaram-se os paúes de Salvaterra, de Muge e do Valado; iniciou-se, pela plantação do pinhal de Leiria, um vasto plano de revestimento florestal; criou-se a nobreza agrícola pela concessão do fôro de cavaleiros aos grandes lavradores; instituiu-se (foi nisso Isabel de Aragão desvelado auxiliar do monarca seu marido) um hospício ou casa de assistência destinada a recolher e educar as filhas e orfãs de «lavradores honrados». No que respeita às actividades industriais, regista-se o impulso dado por D. Diniz à indústria mineira, quer pela concessão da exploração das minas de ferro, quer pelas regalias concedidas aos operários que

trabalhassem nas minas de ouro da Adiça (mineração principiada no tempo de Sancho I) quer ainda pela exploração directa de minas de prata, chumbo, cobre; e não menor atenção lhe mereceu a indústria de pescarias, porque no seu reinado e sob a sua acção pessoal se iniciaram nas costas do Algarve a pesca da baleia (baleação de Lagos e Tavira) e, em mais larga escala, a do atum (Sines, Setúbal, Lagos). Quanto, finalmente, ao comércio, basta citar o desenvolvimento da frota mercante portuguesa; a criação das bolsas comerciais da Flandres e do Porto; a instituição das feiras-francas, com largas imunidades para os mercadores; o tratado de comércio com Eduardo III de Inglaterra; o fôro de nobreza concedido aos comerciantes por grosso, instrumentos da riqueza e do crédito da Nação. Muita gente, decerto, ignora tudo isto. Mas de futuro, diante da Escola Agrícola, à sombra patriarcal do arvoredado da Tapada, um pequeno monumento o recordará, se os organismos económicos quizerem, perpetuando no bronze — matéria simbólica da História — a glória pacífica de um monarca que preferiu o arado à cota-de-armas, mas que substituiu a espada pela teorba; que em vez de matar, cantou; e que sabendo conservar o património territorial da nação, obra de seus avós, ensinou o povo a valorisá-lo pelo trabalho e pelo estudo.

As comemorações centenárias de 1940, convidando-nos á revisão dos grandes valores históricos oferecem ás gerações de hoje o ensejo de pagar — embora tarde — algumas dívidas nacionais.

Do Diário da Manhã, de 23 de Setembro último, transcrevemos, com a devida vénia, o interessante artigo — «Para a história da conjuração de 1640» — da autoria do nosso distinto colaborador sr. Dr. Rodrigues Cavalheiro.

D. João da Costa — todos se recordam — foi o desmancha-prazeres da conspiração de 1640. A três dias da data marcada para a revolta dera-se-lhe parte do que se preparava, pois, segundo o Conde da Ericeira, «era dotado de grande valor e entendimento, partes que lhe haviam grangeado toda a estimação da Côrte, contando-se nos seus poucos anos muitos de prudência». Ouviu êle com muita atenção a proposta que lhe faziam e, depois de considerar largamente sobre a gravidade da empresa, falou, com a natural eloquência de que era dotado, dos perigos que antevia na sua realização.

Foi a *História de Portugal Restaurado*, segundo crêmos, que, já após o falecimento do Conde de Soure, revelou o nome do fidalgo que ao ser inicia-

do na quarta-feira que antecedeu a Revolução, tantas dúvidas levantara sobre o bom êxito da conjura. Se consultarmos as fontes que geralmente têm servido para se traçarem os antecedentes do movimento do 1.º de Dezembro — a «Relação de tudo o que passou na felice Aclamação», a «Usurpação, Retenção, e Restauração de Portugal», a *História del levantamiento de Portugal*, de Frei Antonio Seyner, etc. — encontramos uma discreta reserva acerca da identidade do conspirador que, com as suas reflexões de bom senso, ia deitando tudo a perder.

E nem sempre os textos concordam. Assim, na *Relação* diz-se que «entrou na junta um Fidalgo», dando-se, desta forma, a entender claramente que D. João da Costa assistira à reunião e nela expusera as dúvidas que acerca da eclosão do movimento a sua prudência levantara. Na *Usurpação* apparece-nos um *mensageiro*, que serve de intermediário entre o cauteloso fidalgo e o conclave dos conspiradores, e que neste expõe as opiniões que ouvira, ao iniciar na conjura o futuro Conde de Soure.

Como já dissemos, é o Conde da Ericeira quem nos revela o nome do conjurado hesitante que, a poucas horas de deflagrar a revolta, ia quasi comprometendo com as suas restrições, de-resto ditas por uma absoluta boa-fé, o êxito da empresa. Embora hoje seja difficil averiguar a autenticidade das palavras atribuidas no *Portugal Restaurado* a D. João da Costa, não me repugna acreditar que, através do arranjo literario de D. Luiz de Meneses, elas devem reflectir as preocupações dominantes do jovem conspirador.

Nêsse discurso está já inteiro o futuro e ponderado defensor da fronteira alentejana. Através dêle vislumbram-se bem as dificuldades quasi insuperáveis com que se apresentava a temerosa tarefa da Restauração. Compreende-se nitidamente que o Duque de Bragança — depositário da derradeira esperança dos que ardentemente desejavam Rei natural — hesitasse longamente antes de se resolver a dar o definitivo passo. Todavia e nunca é demais accentuá-lo, desde que se decide a compartilhar dos trabalhos dos conspiradores, o Senhor de Vila Viçosa torna-se o mais confiante, o mais entusiástico, o mais audaz de todos eles. Essa fase conspiratória de D. João não tem sido sufficientemente posta em relevo. E, no entanto, ella ressaltava perfectamente da leitura atenta dos testemunhos coevos. Ainda em Lisboa, nos conciliábulos de Xabregas, de S. Domingos ou da residência de João Pinto Ribeiro, se hesitava longamente no caminho a seguir, e já em Vila Viçosa se afirmava uma vontade inabalável: — seguir para

a frente, mesmo só com as devoções alentejanas que o Duque pessoalmente criara, e que eram os seus amigos e criados e as fôrças de Elvas, que o Bispo D. Manuel da Cunha, sobrinho de D. Rodrigo da Cunha — uma das alavancas da conjura lisboeta lhe fôra oferecer.

Repetimos: — o capítulo da preparação alentejana da revolta, quási que exclusivamente obra de D. João, está ainda muito imperfeitamente estudado. A própria adesão do Bispo de Elvas — que na «Usurpação, Retenção e Restauração de Portugal»

não é considerado pessoa de confiança — aos trabalhos dos conspiradores só se encontra suficientemente mencionada numa obra castelhana, o volume de Frei Antonio Seyner a que nos referimos acima. Mas ela ajuda-nos a perceber como as frases de efeito, atribuídas a D. Luiza de Gusmão para resolver seu marido a empunhar o cetro, são pura fantasia do Conde da Ericeira que, assim, forneceu aos historiadores românticos do século passado uma das mais utilizadas armas com que se tem combatido a memória de D. João IV.

NOTAS VÁRIAS

A VISITA DE SOUSA CRUZ AOS TRABALHOS DA EXPOSIÇÃO DO MUNDO PORTUGUES

A-propósito da visita do Sr. Comendador Albino de Sousa Cruz aos planos da Exposição do Mundo Português, proferiu ao microfone da Emissora Nacional o jornalista sr. Gastão de Bettencourt a palestra que a seguir reproduzimos:

«O Sr. Comendador Albino de Sousa Cruz, presentemente em Lisboa, visitou há dias a *maquette* da Exposição do Mundo Português.

Recebido pelo Comissário da Exposição e pelos seus adjuntos, o activo presidente da Comissão Executiva das Comemorações Centenárias da colónia portuguesa do Brasil, pode admirar a grandiosa idea que constitui o projecto do que vai realizar-se em 1940.

Foi grande a emoção sentida por êsse português, símbolo dos muitos portugueses espalhados pelo mundo, que conquistaram pelo seu esforço, pela sua intelligência, pela sua tenacidade, um lugar de grande relêvo no meio social dos países para onde o destino caprichoso em seus desígnios os encaminhou.

Sousa Cruz, como tantos outros, é um exemplo admirável, que se deve pôr em fóco.

Mas não é essa a nossa intenção neste momento. Mas apenas reflectir o alto patriotismo de que a colónia portuguesa do Brasil no momento presente, está dando mais um grandiosíssimo e inesquecível exemplo.

Mas, se é grande, admirável, o patriotismo da colónia portuguesa, dando colaboração materialmente tão valiosa quanto moralmente tão bela, podem também os portugueses que trabalham provei-

tosamente pelo engrandecimento da Pátria, que foram os obreiros do seu renascimento, sentir-se à vontade, porque essa colaboração está bem em relação à importância do empreendimento que as Comemorações Centenárias vão atingir.

Albino de Sousa Cruz olhou admirado, primeiro, essa *maquette*, impressionante pela sua grandeza; emocionado depois pela significação de tudo aquilo que, ali em Belém — entre os Jerónimos, a Torre rendilhada e o mar — os grandes monumentos da nossa epopeia, se está edificando febrilmente.

O grande português a quem a luta de longos anos em terra alheia, não modificou nem enfraqueceu a sensibilidade, não enrijou e tornou menos vibrátil a corda patriótica, ficou suspenso, calado, comovido, diante do sonho grande e lindo que a vontade e o amor pátrio dos homens estão materializando, dando corpo, para tornar palpável, visível, uma obra tão grandiosa, que chegamos a julgar impossível, mas que é tóda a história dos portugueses contada com honestidade e sem exagêros, porque dêles não carece quem tantos feitos tem de sobejo para se vangloriar.

É isso a Exposição do Mundo Português, em que se está trabalhando dia e noite com fé e com orgulho, para em 1940 podermos lembrar ao Mundo que no Mundo todos os portugueses muito fizeram pela civilização, e nêle deixaram um traço inapagável.

Estamos a menos de um ano do início das festas com que vão ser comemorados os oitocentos anos da nossa História e olha-se receoso para exigüidade de tempo em face de tão temeroso projecto.

Mas há que contar-se com o milagre que acelerou o ritmo, até-há poucos anos retardado, da nossa actividade, com a fé que hoje ilumina de novo to-

dos os corações portugueses. Todos; os que aqui vivem e de aqui nunca saíram, os que vivem longe mas constantemente pensam na Pátria.

Tudo estará pronto a tempo.

O que veremos, então, nessa grande Exposição, em que o Brasil aparecerá tão unido a nós, tão integrado connosco?

O *Pavilhão da Fundação* — visão histórica da criação de Portugal; D. Henrique — D. Tereza — Afonso Henriques — Ourique... Edificação de uma pátria cujos alicerces foram ligados com o sangue de muitas batalhas, com a alegria estonteadora de inúmeras victórias, e, por isso mesmo, fadada para os mais gloriosos destinos...

O *Pavilhão dos Descobrimentos* — a audácia, o arrôjo, o saber, o espírito de aventura, a fé, a ansia de alargar os limites dessa Pátria, já pequena para os heroísmos dos seus filhos... Índia, Brasil — o Mundo todo, emfim. Velas que não temeram o açoite indomável dos ventos, nem o clamor impiedoso das procelas — náus que proclamaram a rijeza invencível das madeiras do pinhal que D. Deniz — o rei trovador e sábio — mandou plantar. Cartas de marear, onde se debruçou em longas vigílias, em largos devaneios de sonho glorioso o Infante D. Henrique na solidão de Sagres.

E... mais: o *Pavilhão da Fé*, da fé que temperou as nossas espadas; o da *Colonização*, o dos *Portugueses no Mundo*; o da *Independência* — D. João I, D. Nuno, Aljubarrota — Valverde — João das Regras; o da *Restauração* — D. João IV — Linhas de Elvas — Ameixial — Montes Claros. Heroísmo sem par, patriotismo sem igual.

E o *Pavilhão do Brasil*, essa dádiva de Deus, milagre dos homens...

Os Pavilhões das províncias do vasto Império, hoje mais do que nunca orgulhosamente, vibrantemente portugueses...

Todo o Portugal — Metrópole. Costumes, usos, fontes de riqueza, demonstrações de cultura.

Todo o Portugal — Império. Províncias do Ultramar, tão portuguesas como as da metrópole. Páginas maravilhosas laivadas de heroísmo que não morre.

Portugal 1940 — fio doirado que nos liga aos tempos de outrora Milagre de ressurgimento. Renascimento de virtudes, prestígio e grandeza.

O Mundo Português nos seus múltiplos aspectos e numa demonstração sem par na História de Portugal. É isso que no próximo ano, vindes comovidamente, em romaria, vêr na vossa terra. Ao regressardes, levareis a convicção indestrutível que ser português, que ser brasileiro, é ser *Alguém no mundo*.

Compreendereis, pois, porque Sousa Cruz se sentiu tão fortemente emocionado deante desse sonho lindo e grandioso, que dia a dia, hora a hora, instante a instante, se vai tornando realidade no campo ternamente fértil de Belém, onde não está esquecido o alvoroço das partidas entusiásticas para os grandes descobrimentos.

PROPAGANDA RADIOFÓNICA

Recomeçaram já os habituais programas de propaganda radiofónica das comemorações centenárias, emitidos pela Emissora Nacional, os quais, em virtude da situação internacional, estiveram interrompidos durante algumas semanas.

Os programas de música portuguesa, acompanhados de palestras de divulgação turística, serão transmitidos no comprimento de onda de 30 m. e 80 e na frequência de 9740 kilociclos, das 21 às 21 e 45 horas, para a Europa, ás terças, quintas e sábados.

Para a Espanha, o noticiário em espanhol será radiodifundido ás 19 e 50, ás segundas, quartas e sextas-feiras, e ás 20 horas e 30 dos mesmos dias para o Continente, realizando-se também nos referidos dias, e ás horas seguintes:

Para Africa, das 17 ás 20 e 45; para o Brasil das 22 ás 24; para a América do Norte das 0,5 ás 2 horas.

PRIMEIRO DOCUMENTO DATADO REFERENTE A TOMADA DE LISBOA

Na nota publicada na página 18 do n.º 6 da «Revista dos Centenários» não se mencionou, por lapso, o nome do sr. dr. José da Cunha Saraiva, autor do artigo a que pertence o documento latino e a respectiva tradução, referente à tomada de Lisboa.

A ARTE BRASILEIRA NA EXPOSIÇÃO DO MUNDO PORTUGUES

Para a representação da Arte brasileira na Exposição do Mundo Português, em 1940, foram dadas as seguintes instruções:

1.º — Só poderão concorrer com trabalhos para o certame artistas brasileiros que tenham sido, especialmente, convidados pelo general Francisco José Pinto, presidente da Comissão Brasileira dos Centenários de Portugal.

2.º — Serão convidados artistas de qualquer parte do Brasil nas seguintes condições: a) O artista não poderá concorrer com mais de um trabalho, salvo

em casos especiais e com expressa autorização do presidente da comissão; *b*) Só serão admitidas obras inéditas e feitas, especialmente, para figurarem no certame; *c*) Para a exposição serão escolhidas, de preferência, as obras cujos assuntos sejam relativos á história de Portugal no Brasil, como por exemplo: descobridores e colonizadores; a luta dos portugueses e brasileiros para expulsarem os holandeses e espanhóis; os reinados de D. João VI e Pedro I; em suma, tudo que se relacione com Portugal e Brasil; *d*) Para os trabalhos de pintores paisagistas serão admitidos os que contenham trechos panorâmicos, belezas das nossas cidades e da nossa natureza; *e*) Os quadros serão enviados ao presidente da comissão, no Palácio do Catete, com todos os dados, preço, dimensões, discriminação do assunto, pequena nota biográfica do artista e suas fotografias; *f*) A Comissão Brasileira dos Centenários de Portugal assume a responsabilidade pelos trabalhos que lhe fôrem entregues até á data da respectiva devolução; *g*) A Comissão Brasileira não se responsabiliza pelas obras em escultura enviadas em gesso, barro ou barro cozido; *h*) Em ocasião oportuna e em lugar próprio, serão expostas todas as obras apresentadas para a escolha definitiva das que figurarão no certame; *i*) O acondicionamento e a embalagem das obras ficam a cargo da Comissão Brasileira dos Centenários de Portugal, que as entregará; *j*) As obras devem ser entregues até 28 de Fevereiro de 1940.

O PRÊMIO «JULIO DE CASTILHO»

A Câmara Municipal decidiu criar um prêmio, a que deu o nome de Júlio de Castilho, destinado á obra de estudos olissiponenses que parecer mais característica e que aparecer durante o biénio das comemorações centenárias.

O prêmio será atribuído mediante as condições constantes do seguinte regulamento:

Art. 1.º — O «Prémio Júlio de Castilho», da importância de 3.000\$00, destina-se a galardoar a melhor obra impressa em língua portuguesa, de carácter arqueológico, histórico, literário ou artístico que sôbre o passado ou o presente da capital se publique em Portugal ou no estrangeiro durante os anos de 1939 e 1940.

Art. 2.º — O concurso será aberto nos dias 1 de Janeiro de 1940 e 1941, pelo espaço de 30 dias, anunciado no «Diário Municipal» e em dois jornais de Lisboa de grande circulação, só podendo ser admitidas obras que tenham dado entrada na Biblioteca Nacional de Lisboa (depósito legal) respectivamente durante os anos de 1939 e 1940.

Art. 3.º — Cada candidato ao «Prémio Júlio de Castilho» remeterá para a Repartição dos Serviços Culturais seis exemplares da obra ou obras com que concorre e que em nenhum caso serão devolvidas, acompanhadas do pedido de admissão ao concurso e de certidão, passada pela Biblioteca Nacional de Lisboa, comprovativa da data de entrada da referida obra ou obras no depósito legal.

Art. 4.º — Não serão admitidas ao concurso obras editadas pela Câmara Municipal de Lisboa, nem de autor que tenha recebido o «Prémio Júlio de Castilho» no ano anterior.

Art. 5.º — No prazo de vinte dias a contar da data do encerramento do concurso o júri constituído por um vereador designado pelo presidente, pelo director dos Serviços Centrais e por representantes da Academia das Ciências de Lisboa, da Academia Nacional de Belas Artes, da Associação dos Arqueólogos Portugueses nomeados para cada ano, apreciará as obras apresentadas e formulará, em relatório, o seu parecer, que será assinado por todos os seus membros e homologado pelo presidente da Câmara.

Art. 6.º — O «Prémio Júlio de Castilho» é indivisível, podendo o júri, quando entender que nenhuma das obras apresentadas está nas condições de o merecer, propor que não seja atribuído.



